

R.

P.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS

MODELO 3

Comprovativo de Entrega da Declaração Modelo 3 de IRS Via Internet

Ano
Identificação da Declaração
Data de Receção

2023
2801-J0390-86
2024-06-19

Elementos para validação do Comprovativo

N.º de Contribuinte: 311880517

Cód. Validação: KIMPNUADWVYC

Para validar este comprovativo aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, opção "Serviços>Outros Serviços>Validação de Documento" e introduza o n.º de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a este comprovativo.

3

NOME DO SUJEITO PASSIVO

Sujeito Passivo A

NIF

DEFICIENTE GRAU F.A.

EDUARDO IZGORODIN

01

311880517

4

ESTADO CIVIL DO SUJEITO PASSIVO

Casado 01 X Unido de facto 02 Solteiro, divorciado ou separado judicialmente 03 Viúvo 04 Separado de facto 05

5

OPÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO CONJUNTA DOS RENDIMENTOS

A

1. Se assinalou os campos 01 (casado) ou 02 (unido de facto) do quadro 4, indique se ambos os cônjuges ou unidos de facto optam pela tributação conjunta dos rendimentos:

Sim 01 X Não 02

2. Se assinalou o campo 01 (Sim), identifique o sujeito passivo B:

NOME DO SUJEITO PASSIVO NIF DEFICIENTE GRAU F.A.

Sujeito Passivo B OLGA TIMOSHINA 03 311910300

B

3. Se assinalou o campo 04 (viúvo) do quadro 4 e ocorreu o óbito do cônjuge no ano a que respeita esta declaração, indique se opta pela tributação conjunta dos rendimentos

Sim 04 Não 05

4. Se assinalou o campo 04 (Sim), preencha o NIF do cônjuge falecido

SOCIEDADE CONJUGAL - ÓBITO DE UM DOS CÔNJUGES NO ANO A QUE RESPEITA A DECLARAÇÃO NIF DEFICIENTE GRAU F.A.

Cônjuge falecido 06

6

AGREGADO FAMILIAR

A

Se assinalou os campos 02 ou 05 do quadro 5 (NÃO opta pela tributação conjunta dos rendimentos), indique o NIF do cônjuge / unido de facto / cônjuge falecido (ano do óbito)

01

B

DEPENDENTES

DEPENDENTES

D1 D2 D3 D4 D5 D6

AF1 AF2 AF3

DEPENDENTES EM GUARDA CONJUNTA

DG1 DG2

Residência Alternada

C

DEPENDENTE EM ACOLHIMENTO FAMILIAR (DL N.º 139/2019, DE 16/09)

Se, no ano a que respeita a declaração, teve algum dependente, identificado no Q6B, em situação de acolhimento familiar, nos termos do Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16/09, indique:

Dependente Período do acolhimento Data de início Ano Mês Dia Data de fim Ano Mês Dia Dependente Período do acolhimento Data de início Ano Mês Dia Data de fim Ano Mês Dia

7

ASCENDENTES, COLATERAIS E FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO

A ASCENDENTES EM COMUNHÃO DE HABITAÇÃO COM O SUJEITO PASSIVO B OUTROS ASCENDENTES E COLATERAIS ATÉ AO 3.º GRAU

AS1 AS2 AC1 AC2

C CRIANÇA OU JOVEM ACOLHIDO NOS TERMOS DO DL N.º 139/2019, DE 16/09

Se, no ano a que respeita a declaração, acolheu alguma criança ou jovem, nos termos do Decreto-Lei n.º 139/2019, de 16/09, indique:

NIF da criança ou jovem NIF do titular responsável pelo acolhimento familiar Período do acolhimento Data de início Ano Mês Dia Data de fim Ano Mês Dia

8

RESIDÊNCIA FISCAL

A

RESIDENTES

Continente

01

X

R. A. Açores

02

R. A. Madeira

03

B

NÃO RESIDENTES

Não residente

04

Representante - NIF

05

País de residência

06

Se reside na União Europeia ou no Espaço Económico Europeu indique:

Pretende a tributação pelo regime geral

07

ou opta por um dos regimes abaixo indicados

08

Opção pelas taxas gerais do art.º 68.º do CIRS - Relativamente aos rendimentos não sujeitos a retenção liberatória - art.º 72.º, n.º 14, do CIRS

09

Opção pelas regras dos residentes - art.º 17.º-A do CIRS

10

Total dos rendimentos obtidos no estrangeiro

11

C

RESIDÊNCIA FISCAL PARCIAL

Se durante o ano deteve o estatuto de residente e de não residente, indique o período a que respeita esta declaração

Ano

Mês

Dia

de

Ano

Mês

Dia

a

9

REEMBOLSO POR TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA

O Número de Identificação Bancária Internacional (IBAN) deve pertencer ao sujeito passivo A e/ou B

Pretende que a AT associe este IBAN aos seus dados de identificação do NIF, caso ainda não esteja, para utilização em pagamentos de reembolsos e restituições a efetuar pela AT?

Sim

01

Não

02

10

NATUREZA DA DECLARAÇÃO

1.ª declaração do ano

01

X

Declaração de substituição

02

11

CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS / CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPORTADO

ENTIDADES BENEFICIÁRIAS

Instituições religiosas (art.º 32.º, n.º 4, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho)

1101

Instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública (art.º 32.º, n.º 6, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho)

1102

Pessoas coletivas de utilidade pública de fins ambientais (art.º 14.º, n.ºs 5 e 7, da Lei n.º 35/98, de 18 de julho)

1103

Instituições culturais com estatuto de utilidade pública (art.º 152.º do CIRS)

1104

Associações juvenis, de carácter juvenil ou de estudantes (Portaria n.º 798/2022, de 17 de novembro)

NIF

IRS

IVA

12

ANEXOS

Quantidade

ANEXOS

Quantidade

1

Anexo A

8

Anexo G1

2

Anexo B

1

9

Anexo H

3

Anexo C

10

Anexo I

4

Anexo D

11

Anexo J

5

Anexo E

12

Anexo L

6

Anexo F

13

Outros documentos

7

Anexo G

14

Anexo SS

1

13

PRAZOS ESPECIAIS

Prazo especial (n.º 2 do art. 60.º do CIRS)

01

Prazo especial (n.º 2 do art. 31.º-A do CIRS)

02

Prazo especial (n.º 7 do art. 44.º do CIRS)

03

Data do facto que determinou o prazo especial

04

Prazo especial (n.º 3 do art. 60.º do CIRS)

05

Rendimentos de anos anteriores (n.º 3 do art. 74.º do CIRS)

06



Se assinalou, o campo 06, indique:

Ano recebimento

Categoria dos rendimentos

Reinvestimento (art.º 10.º, CIRS) - suspensão prazo (n.º 6 do art.º 50.º, Lei 56/2023, de 6/10)

07


 <p>MINISTÉRIO DAS FINANÇAS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS</p>  <p>MODELO 3 Anexo B</p>		1 RENDIMENTOS DA CATEGORIA B REGIME SIMPLIFICADO / ATO ISOLADO		2 ANO DOS RENDIMENTOS	
		Regime simplificado de tributação 01 <input checked="" type="checkbox"/> Ato isolado 02 <input type="checkbox"/> Profissionais, comerciais e industriais 03 <input checked="" type="checkbox"/> Agrícolas, silvícolas e pecuários 04 <input type="checkbox"/>		01 2023	
3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)					
Sujeito passivo A - NIF 01 311880517		Sujeito passivo B - NIF 02 311910300			
A IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO RENDIMENTO					
Este anexo respeita à atividade de herança indivisa? Sim 03 <input type="checkbox"/> Não 04 <input checked="" type="checkbox"/> Se assinalou SIM , indique o NIF da herança indivisa					
NIF do titular 05 311880517		NIF da herança indivisa 06			
Código da tabela de atividades art.º 151.º do CIRS 07		Código CAE (Rendimentos profissionais, comerciais e industriais) 08 62020		Código CAE (Rendimentos agrícolas, silvícolas e pecuários) 09	
B POSSUI ESTABELECIMENTO ESTÁVEL? Sim 10 <input type="checkbox"/> Não 11 <input checked="" type="checkbox"/>					
C REGIME FISCAL APLICÁVEL A EX-RESIDENTES (ARTIGO 12.º-A DO CIRS)					
Se reúne os pressupostos e condições previstos nos n.ºs 1 e 2 do art.º 12.º-A do CIRS e pretende usufruir deste regime fiscal, indique o ano em que se tornou residente em Portugal 12					
D REGIME FISCAL PREVISTO NOS N.ºs 9 E 10 DO ART.º 12.º DO CIRS					
Se reúne os pressupostos e condições previstas no n.º 9 do art.º 12.º do CIRS e pretende usufruir deste regime fiscal indique:					
1 - Efetuou a comunicação prevista no n.º 10 do art.º 12.º do CIRS? Sim 13 <input type="checkbox"/> Não 14 <input type="checkbox"/>		NIF português		Código do país	
2 - O estabelecimento de ensino que frequentou (ou o país) 15		16			
E OPÇÃO PELO REGIME FISCAL DO ART.º 12.º-B DO CIRS - IRS JOVEM					
Se reúne os pressupostos e condições previstos no art.º 12.º-B do CIRS e pretende usufruir deste regime fiscal, indique:		Ano da conclusão do ciclo de estudos		Nível de qualificação do QNQ	
17				Estabelecimento de ensino / País da conclusão do ciclo de estudos	
				NIF Português	
				Código do país	
4 RENDIMENTOS BRUTOS (OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS)					
A RENDIMENTOS PROFISSIONAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS					VALOR
Vendas de mercadorias e produtos					401
Rendimentos de operações com criptoativos					419
Rendimentos resultantes de transações da energia excedente produzida para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável					420
Rendimentos resultantes de transações da energia produzida em unidades de pequena produção a partir de fontes de energia renovável					421
Prestações de serviços de atividades hoteleiras e similares, restauração e bebidas - anos 2015 e 2016					402
Prestações de serviços de atividades de restauração e bebidas					415
Prestações de serviços de atividades hoteleiras e similares					416
Prestações de serviços de atividades de exploração de estabelecimentos de alojamento local na modalidade de moradia ou apartamento					417
Rendimento das atividades profissionais especificamente previstas na Tabela do art.º 151.º do CIRS					403
Rendimentos de prestações de serviços não previstos nos campos anteriores					404
Rendimentos provenientes da mineração de criptoativos					422
Propriedade intelectual (não abrangida pelo art.º 58.º do EBF), industrial ou de prestação de informações					405
Propriedade intelectual (rendimentos abrangidos pelo art.º 58.º do EBF - parte não isenta)					406
Saldo positivo das mais e menos-valias e restantes incrementos patrimoniais, com exceção das mencionadas no quadro 18					407
Rendimentos de atividades financeiras (Códigos CAE iniciados por 64, 65 ou 66)					408
Serviços prestados por sócios a sociedades de profissionais do Regime de Transparência Fiscal					409
Serviços prestados por sócios a sociedades onde detenham partes de capital ou direitos de voto, nas condições previstas nos n.ºs 1 e 2 da subalínea ii) da alínea g) do n.º 1 do art.º 31.º do CIRS					418
Resultado positivo de rendimentos prediais					410
Rendimentos de capitais imputáveis a atividade geradora de rendimentos da Categoria B					411
Subsídios à exploração					412
Outros subsídios					413
Rendimentos da Categoria B não incluídos nos campos anteriores					414
SOMA					
B RENDIMENTOS AGRÍCOLAS, SILVÍCOLAS E PECUÁRIOS					VALOR
Vendas de produtos com exceção das incluídas no campo 457					451
Prestações de serviços					452
Serviços prestados por sócios a sociedades onde detenham partes de capital ou direitos de voto, nas condições previstas nos n.ºs 1 e 2 da subalínea ii) da alínea g) do n.º 1 do art.º 31.º do CIRS					459
Rendimentos de capitais imputáveis a atividades geradoras de rendimentos da Categoria B, rendimentos da propriedade intelectual, industrial ou prestação de informações, saldo positivo das mais e menos-valias e restantes incrementos patrimoniais					453
Resultado positivo de rendimentos prediais					454
Subsídios à exploração					455
Outros subsídios					456
Rendimentos decorrentes de vendas em explorações silvícolas plurianuais (art.º 59.º-D, n.º 1 do EBF)					457
Rendimentos de atividades agrícolas, silvícolas e pecuárias não incluídos nos campos anteriores					458
C ACRÉSCIMOS AO RENDIMENTO					SOMA
					VALOR
Acréscimo por não reinvestimento do valor realizado (art.º 31.º, n.º 6, do CIRS)					481
Acréscimo da fração dos gastos fiscalmente aceites com depreciações ou imparidades (apurados no regime da contabilidade organizada), durante o período em que o imóvel esteve afeto à atividade (n.º 10 do art.º 3.º do CIRS)					482
SOMA					

5													OPÇÃO PELA APLICAÇÃO DAS REGRAS DA CATEGORIA A												
A totalidade dos rendimentos auferidos resulta de serviços prestados a uma única entidade?													Sim		01		Não		02						
Em caso afirmativo, opta pela tributação segundo as regras estabelecidas para a categoria A?													Sim		03		Não		04						
6													RETENÇÕES NA FONTE E PAGAMENTOS POR CONTA												
Rendimentos sujeitos a retenção						Retenções na fonte						Pagamentos por conta													
601						602						603													
Identificação das Entidades que Efetuaram as Retenções e Respetivos Valores																									
NIF				Valor				NIF				Valor													
604								605																	
606								607																	
608								609																	
7													ENCARGOS EM CASO DE OPÇÃO PELA APLICAÇÃO DAS REGRAS DA CATEGORIA A OU EM CASO DE ATO ISOLADO DE VALOR SUPERIOR A €200.000												
A				NATUREZA				Rendimentos profissionais, comerciais e industriais				Rendimentos agrícolas, silvícolas e pecuários													
				Contribuições obrigatórias para regimes de proteção social				701				702													
				Quotizações para ordens profissionais				703				704													
				Despesas de valorização profissional				705				706													
				Quotizações sindicais				707				708													
				Importâncias a que se refere o art.º 27.º do CIRS (profissões de desgaste rápido)				709				710													
				Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas				711				712													
				Gastos previstos no art.º 41.º do CIRS (deduções rendimentos prediais) (anos 2015 a 2017)				713				714													
				Encargos com viaturas, motos e motociclos				715				716													
				Deslocações, viagens e estadas				717				718													
				Despesas de representação				719				720													
				Outras despesas indispensáveis à formação do rendimento				721				722													
				SOMA																					
B													IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES A QUEM FORAM PAGAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA REGIMES DE PROTEÇÃO SOCIAL												
NIF DAS ENTIDADES						Valor						NIF DAS ENTIDADES						Valor							
751												752													
753												754													
755												756													
C													IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES A QUEM FORAM PAGOS PRÉMIOS DE SEGUROS DE PROFISSÕES DE DESGASTE RÁPIDO												
Profissão / Código		Valor				NIF Português				País		Número fiscal (UE ou EEE)													
761																									
762																									
763																									
D													IDENTIFICAÇÃO DOS PRÉDIOS COM GASTOS PREVISTOS NO ART.º 41.º DO CIRS (ANOS 2015 A 2017)												
Identificação matricial dos prédios										Valor															
Freguesia (código)		Tipo		Artigo		Fração/Secção		Parte %		Rendimentos profissionais, comerciais e industriais				Rendimentos agrícolas, silvícolas e pecuários											
										771				772											
E													GASTOS IMPUTADOS A EXPLORAÇÕES SILVÍCOLAS PLURIANUAIS												
N.º de anos ou fração a que respeitam os gastos imputados												781													
8													ALIENAÇÃO/DESAFETAÇÃO E/OU AFETAÇÃO DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS												
A													ALIENAÇÃO/DESAFETAÇÃO E/OU AFETAÇÃO DE BENS IMÓVEIS (ANOS 2020 E ANTERIORES) E APLICAÇÃO REGIME TRANSITÓRIO PREVISTO NO ART.º 369.º DA LEI N.º 75-B/2020, DE 31/12 - ANOS DE 2021 e SEQUINTEs												
1 - Indique se no ano a que respeita a declaração:													Houve alienação/desafetação de imóveis? Sim 01 Não 02 X Houve afetação de imóveis a atividade empresarial ou profissional? Sim 03 Não 04												
2 - Se assinalou o campo 01 ou 03 identifique os imóveis:													Identificação Matricial dos Prédios e Respetivos Valores												
Freguesia (código)		Tipo		Artigo		Fração/Secção		Parte %		Código		venda/desafetação/afetação		Campo Q4		Valor definitivo		Art.º 139.º do CIRC							
801												Ano Mês Dia Valor													
802																									
803																									
SOMA																									
B													REGIME TRANSITÓRIO PREVISTO NO ART.º 369.º DA LEI N.º 75-B/2020, DE 31/12 - ANO DE 2021												
1 - Indique se à data de 1 de janeiro de 2021 tinha bens imóveis afetos à atividade empresarial e profissional:													Sim 05 Não 06												
2 - Se assinalou o campo 05 (Sim), indique se opta pelo regime anterior de apuramento de mais-valias e menos-valias decorrentes da afetação de bens imóveis:													Sim 07 Não 08												
3 - Se assinalou o campo 07 (Sim), identifique os imóveis afetos à atividade empresarial e profissional:													Identificação Matricial dos Prédios e Respetivas Datas												
Freguesia (código)		Tipo		Artigo		Fração/Secção		Parte %		Código		Data de afetação													
												Ano Mês Dia													
831																									
832																									
833																									

C	ALIENAÇÃO/DESAFETAÇÃO E/OU AFETAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - ANOS 2021 e SEQUINTE										
C.1	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS										
1 - Indique se no ano a que respeita a declaração, houve alienação de imóveis? Sim <input type="text" value="09"/> Não <input checked="" type="text" value="10"/>											
2 - Se assinalou o campo 09, identifique os imóveis:											
Identificação Matricial dos Prédios e Respetivos Valores											
	Freguesia (código)	Tipo	Artigo	Fração/Secção	Parte %	Venda			Campo Q4	Valor definitivo	Art.º 139.º do CIRC
						Ano	Mês	Dia	Valor		
861											<input type="checkbox"/>
862											<input type="checkbox"/>
863											<input type="checkbox"/>
SOMA											
C.2	DESAFETAÇÃO E/OU AFETAÇÃO DE BENS IMÓVEIS										
1 - Indique se no ano a que respeita a declaração:											
1.1 Houve desafetação de imóveis (transferência para o património particular)? Sim <input type="text" value="11"/> Não <input checked="" type="text" value="12"/>											
1.2 Houve afetação de imóveis a atividade empresarial ou profissional? Sim <input type="text" value="13"/> Não <input checked="" type="text" value="14"/>											
2 - Se assinalou o campo 11 ou o campo 13, identifique os imóveis:											
Identificação Matricial dos Prédios e Respetivas Datas											
	Freguesia (código)	Tipo	Artigo	Fração/Secção	Parte %	Código	Data de desafetação / data de afetação				
							Ano	Mês	Dia		
881											
882											
883											
9	MAIS-VALIAS - CONCRETIZAÇÃO DO REINVESTIMENTO DO VALOR DE REALIZAÇÃO (VALOR REINVESTIDO NO ANO N)										
Ativos fixos tangíveis				Ativos intangíveis				Ativos biológicos não consumíveis			
901				902				903			
904				905				906			
10	PARTES SOCIAIS ADQUIRIDAS AO ABRIGO DO REGIME DE NEUTRALIDADE FISCAL										
A	ALIENAÇÃO DAS PARTES SOCIAIS (Art.º 38.º, n.º 3, do CIRS) OU PERDA DA QUALIDADE DE RESIDENTE (Art.º 10.º-A, n.ºs 1 e 3, do CIRS)										
1 - No ano a que respeita a declaração ocorreu a alienação das partes sociais antes de decorridos 5 anos após a data da entrada de património para a realização do capital da sociedade? Sim <input type="text" value="01"/> Não <input type="text" value="02"/>											
2 - Se no ano a que respeita a declaração ocorreu a transferência da residência para fora do território português e é detentor de partes sociais abrangidas pelo regime de neutralidade fiscal previsto no art.º 38.º do CIRS, indique se à data da alteração da residência decorreram menos de 5 anos desde a data da entrada do património para realização do capital da sociedade: Sim <input type="text" value="03"/> Não <input type="text" value="04"/>											
Se assinalou os campos 01 ou 03 (Sim) deve preencher o quadro B											
B	MAIS-VALIAS OU MENOS-VALIAS DAS PARTES SOCIAIS (Art.º 38.º e art.º 10.º-A, n.ºs 1 e 3, do CIRS)										
	Entidade emitente	Códigos	Número de títulos	% Capital social	Realização			Aquisição		Despesas e encargos	
					Ano	Mês	Valor	Ano	Mês	Valor	
1001											
1002											
1003											
SOMA											
C	TRANSFERÊNCIA DA RESIDÊNCIA PARA FORA DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS										
3 - Se assinalou o campo 03 do quadro 10A, indique o local de destino:											
Estado membro da UE ou do EEE <input type="text" value="05"/> Outro território ou país <input type="text" value="06"/>											
4 - Se preencheu o campo 05 e caso o saldo das operações discriminadas no quadro B seja positivo, indique a modalidade de pagamento pretendida:											
<input type="text" value="07"/> Imediato [art.º 10.º-A, n.º 3, al. a), do CIRS] <input type="text" value="08"/> Diferido [art.º 10.º-A, n.º 3, al. b), do CIRS] <input type="text" value="09"/> Fracionado [art.º 10.º-A, n.º 3, al. c), do CIRS]											
11	PREJUÍZOS FISCAIS A DEDUZIR EM CASO DE SUCESSÃO POR MORTE										
Verificando-se a situação prevista no art.º 37.º do CIRS, identifique o autor da sucessão:				Ano			Rendimentos profissionais, comerciais e industriais		Rendimentos agrícolas, silvícolas e pecuários		
				1102		1103		1104			
Número de Identificação Fiscal				1105		1106		1107			
1101				1108		1109		1110			
12	TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA										
Despesas não documentadas (art.º 73.º, n.º 1, do CIRS)								1201			
Importâncias pagas a não residentes (art.º 73.º, n.º 6, do CIRS)								1202			
SOMA											
13	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES										
A	IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES QUE PAGARAM SUBSÍDIOS										
NIF das entidades		Subsídios destinados à exploração		Subsídios não destinados à exploração							
				N	N-1	N-2	N-3	N-4			
B	TOTAL DAS VENDAS / PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS										
				Do ano N			Do ano N-1		Do ano N-2		
Vendas				1301		1302		1303			
Prestações de serviços e outros rendimentos				1304		1305		1306			
SOMA						0,00	0,00	0,00			
C	RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES INCLUÍDOS NO QUADRO 4										
C.1	RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES (N.º 1 DO ARTIGO 74.º DO CIRS)										
	NIF da entidade pagadora	Ano a que respeitam os rendimentos	Campos do Quadro 4	Rendimentos	N.º anos	NIF da entidade pagadora	Ano a que respeitam os rendimentos	Campos do Quadro 4	Rendimentos	N.º anos	

C.2 RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES - OPÇÃO PELO REGIME DO N.º 3 DO ARTIGO 74.º DO CIRS																						
NIF da entidade pagadora		Ano a que respeitam os rendimentos	Campos do Quadro 4	Rendimentos	Retenções na fonte	NIF da entidade pagadora		Ano a que respeitam os rendimentos	Campos do Quadro 4	Retenções na fonte												
D IDENTIFICAÇÃO DOS PRÉDIOS COM GASTOS PREVISTOS NO ART.º 41.º DO CIRS																						
Identificação matricial dos prédios						Valor dos gastos																
Freguesia (código)		Tipo	Artigo	Fração/Secção	Parte %	Rendimentos profissionais, comerciais e industriais			Rendimentos agrícolas, silvícolas e pecuários													
						1351			1352													
E CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS DOS PROPRIETÁRIOS E PRODUTORES FLORESTAIS ADERENTES A UMA ZONA DE INTERVENÇÃO FLORESTAL E ENCARGOS SUPORTADOS COM OPERAÇÕES DE DEFESA DA FLORESTA																						
Contribuições financeiras destinadas ao fundo comum (n.ºs 12 a 14 do art.º 59.º-D do EBF)									1371													
Encargos suportados com operações de defesa da floresta (n.ºs 12 e 14 do artigo 59.º-D do EBF)									1372													
F ALOJAMENTO LOCAL - ESTABELECIMENTOS LOCALIZADOS EM ÁREA DE CONTENÇÃO																						
<p>1 - Tendo auferido rendimentos da exploração de estabelecimentos de alojamento local na modalidade de moradia ou apartamento, indique se os mesmos foram auferidos em estabelecimentos localizados em áreas de contenção Sim <input type="checkbox"/> 01 Não <input type="checkbox"/> 02</p> <p>2 - Se assinalou o campo 01 (SIM), indique:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Área de contenção</th> <th>Rendimento</th> <th>Área de contenção</th> <th>Rendimento</th> <th>Área de contenção</th> <th>Rendimento</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1381</td> <td></td> <td>1382</td> <td></td> <td>1383</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											Área de contenção	Rendimento	Área de contenção	Rendimento	Área de contenção	Rendimento	1381		1382		1383	
Área de contenção	Rendimento	Área de contenção	Rendimento	Área de contenção	Rendimento																	
1381		1382		1383																		
G OPERAÇÕES COM CRIPTOATIVOS/PERDA DA QUALIDADE DE RESIDENTE EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS (art.º 31.º, n.ºs 17 e 18, do CIRS)																						
<p>1 - No âmbito da atividade exercida realizou operações relacionadas com criptoativos? Sim <input type="checkbox"/> 03 Não <input checked="" type="checkbox"/> 04</p> <p>2 - Se assinalou o campo 03, indique se no ano a que respeita a declaração ocorreu a perda da qualidade de residente em território português. Sim <input type="checkbox"/> 05 Não <input type="checkbox"/> 06</p>																						
H IDENTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS TRANSFERIDOS DE ALOJAMENTO LOCAL PARA ARRENDAMENTO - ART.º 74.º-A DO EBF																						
Contrato		Identificação Matricial dos Prédios				Resultado positivo de rendimento prediais																
Número	Data de início	Freguesia (código)	Tipo	Artigo	Fração/Secção	Parte %																
	Ano Mês Dia						1391															
							1392															
14 CESSAÇÃO DA ATIVIDADE / NÃO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE																						
<p>Cessou a atividade ? Sim <input type="checkbox"/> 01 Não <input checked="" type="checkbox"/> 02 Em caso afirmativo indique a data: <input type="text"/> 03 Ano Mês Dia</p> <p>No ano a que respeita a declaração ocorreu a transmissão da totalidade do património afeto ao exercício de atividade empresarial e profissional para a realização de capital social nos termos do art.º 38.º do CIRS? Sim <input type="checkbox"/> 04 Não <input checked="" type="checkbox"/> 05</p> <p>Se preencheu o campo 04, identifique a sociedade beneficiária:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>NIF Português</th> <th>País</th> <th>Número fiscal (UE ou EEE)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>No ano a que respeita a declaração não exerceu atividade nem obteve rendimentos da categoria B <input checked="" type="checkbox"/> 06</p>											NIF Português	País	Número fiscal (UE ou EEE)									
NIF Português	País	Número fiscal (UE ou EEE)																				
15 ALOJAMENTO LOCAL - OPÇÃO PELA TRIBUTAÇÃO DE ACORDO COM AS REGRAS ESTABELECIDAS PARA A CATEGORIA F																						
<p>1 - Tendo auferido rendimentos da exploração de estabelecimentos de alojamento local na modalidade de moradia ou apartamento, opta pela tributação de acordo com as regras estabelecidas para a categoria F? Sim <input type="checkbox"/> 01 Não <input type="checkbox"/> 02</p> <p>2 - Se assinalou o campo 01 (Sim), preencha os quadros 15.1 a 15.3:</p>																						
15.1 RENDIMENTOS OBTIDOS																						
Identificação matricial dos prédios						Rendimento																
Freguesia (código)		Tipo	Artigo	Fração																		
SOMA																						
15.2 GASTOS SUPOSTADOS E PAGOS																						
Campo Q15.1	Conservação e manutenção	Condomínio	Imposto municipal sobre imóveis	Imposto do selo	Taxas autárquicas	Outros																
15101																						
15102																						
15103																						
SOMA																						

15.3	INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR									
A	IDENTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS RECUPERADOS OU OBJETO DE AÇÕES DE REABILITAÇÃO									
Mencione os campos do quadro 15.1 respeitantes a imóveis recuperados ou objeto de ações de reabilitação com comprovação emitida por entidade competente, nos termos dos n.ºs 6 e 23 do art.º 71.º do EBF:										
	01		02		03		04		05	
B	OPÇÃO PELO ENGLOBAMENTO									
1 - Opta pelo englobamento dos rendimentos indicados no quadro 15.1? Sim 01 Não 02										
16	DEDUÇÃO À COLETA – ADICIONAL AO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS [alínea I) do n.º 1 do art.º 78.º do CIRS]									
1 - Se no ano a que respeita a declaração foi liquidado Adicional ao IMI relativamente a imóveis que originaram rendimentos obtidos no âmbito de atividades de arrendamento ou hospedagem, indique:										
	Identificação matricial dos prédios							Valor Patrimonial Tributário		
	Freguesia (código)	Tipo	Artigo	Fração						
16001										
16002										
SOMA										
2 - Valor total da liquidação do Adicional ao IMI								16101		
3 - Valor tributável total de todos os prédios urbanos de que é proprietário e sobre os quais incidiu o Adicional ao IMI								16102		
17	DESPESAS E ENCARGOS (N.ºs 2 e 13 DO ART.º 31.º DO CIRS)									
A	DESPESAS E ENCARGOS PREVISTOS NO N.º 2 E NAS ALÍNEAS a) E f) DO N.º 13 DO ART.º 31.º DO CIRS									
	Natureza							Valor		
17001	Contribuições obrigatórias para regimes de proteção social									
17002	Importações ou aquisições intracomunitárias de bens e serviços relacionados com a atividade									
SOMA										
B	IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES A QUEM FORAM PAGAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS PARA REGIMES DE PROTEÇÃO SOCIAL									
	Campo Q 17A	NIF entidade		Valor		Campo Q 17A	NIF entidade		Valor	
17021						17022				
C	DESPESAS E ENCARGOS PREVISTOS NAS ALÍNEAS b), c) E e) DO N.º 13 DO ART.º 31.º DO CIRS									
Em alternativa aos valores comunicados à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), pretende declarar as despesas com pessoal, rendas de imóveis e outras despesas relacionadas com a atividade? Sim 01 Não 02										
Se assinalou o campo 01 (sim) deve preencher o quadro seguinte, inscrevendo todas as despesas e encargos suportados , incluindo aqueles cujos valores são iguais aos comunicados à AT. Note-se que ao exercer esta opção apenas serão consideradas as despesas e encargos inscritos neste quadro.										
	Natureza							Valor		
17051	Despesas com pessoal e encargos a título de remunerações									
17052	Rendas de imóveis afetas à atividade empresarial ou profissional									
17053	Outras despesas com a aquisição de bens e prestações de serviços relacionadas com a atividade - AFETAS PARCIALMENTE À ATIVIDADE									
17054	Outras despesas com a aquisição de bens e prestações de serviços relacionadas com a atividade - AFETAS TOTALMENTE À ATIVIDADE									
SOMA										
D	RENDAS DE IMÓVEIS AFETAS À ATIVIDADE EMPRESARIAL OU PROFISSIONAL									
	Campo Q 17C	NIF senhorio		Valor			Afetação			
							Parcial		Total	
17071							<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	
17072							<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	
18	MAIS-VALIAS RESULTANTES DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS POR INCÊNDIOS FLORESTAIS									
Se obteve mais-valias nas condições previstas no artigo 158.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro e pretende reinvestir o respetivo valor de realização, indique:										
	Intenção de reinvestimento					Concretização do reinvestimento				
	Valor de realização			Mais-valias apuradas			Valor no ano			
18001	Ativos fixos tangíveis									
18002	Propriedades de investimento									
18003	Ativos biológicos não consumíveis									

 SEGURANÇA SOCIAL MODELO 3 ANEXO SS	1	RENDIMENTOS DA CATEGORIA B		2	ANO DOS RENDIMENTOS	
	Regime Simplificado		01 <input checked="" type="checkbox"/>	04 2023		
Regime de Contabilidade Organizada		02 <input type="checkbox"/>				
Imputação de Rendimentos do Regime de Transparência Fiscal		03 <input type="checkbox"/>				
3 TITULAR DO RENDIMENTO						
Nome 05 <input type="text"/>						
N.º Identificação Fiscal 06 311880517 N.º de Identificação de Segurança Social 07 <input type="text"/>						
No ano a que respeita a declaração não exerceu atividade nem obteve rendimentos da Categoria B 08 <input checked="" type="checkbox"/>						
4 RENDIMENTOS DA CATEGORIA B				VALOR		
Vendas de mercadorias e de produtos				401		
Subsídios à exploração				402		
Mais-valias respeitantes a bens afetos à atividade de prestação de serviços				403		
Mais-valias respeitantes a bens afetos à atividade de produção e venda de bens				404		
Prestação de serviços efetuados a pessoas singulares sem atividade empresarial				405		
Prestação de serviços efetuados a pessoas coletivas ou a pessoas singulares com atividade empresarial				406		
Subvenções ou subsídios ao investimento				407		
Produção de eletricidade para autoconsumo ou de unidades de pequena produção a partir de energias renováveis				408		
Rendimentos respeitantes a propriedade intelectual e industrial				409		
Soma						
5 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				VALOR		
Lucro tributável dos titulares de rendimentos da categoria B abrangidos pelo regime de contabilidade organizada, previsto no CIRS, para efeitos de apuramento do Rendimento Relevante				501		
Matéria coletável imputada ao sócio por sociedade(s) de profissionais sujeita(s) ao regime de transparência fiscal, definida na alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º do CIRC				502		
Soma						
6 IDENTIFICAÇÃO DOS ADQUIRENTES E RESPETIVOS VALORES DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS COM ATIVIDADE EMPRESARIAL RELEVANTE PARA O APURAMENTO DAS ENTIDADES CONTRATANTES						
Da totalidade dos rendimentos auferidos, mais de 50% resultam de serviços prestados a uma única entidade? Sim 1 <input type="checkbox"/> Não 2 <input type="checkbox"/>						
Se assinalou o campo 1 identifique o(s) adquirente(s) e o(s) respetivo(s) valor(es) do(s) serviço(s)						
N.º de linhas declaradas: <input type="text"/>						
Valor Total: <input type="text"/>						